

Conversão e colonização na América Latina e Brasil: desconstruir e destruir para salvar

Conversion and Colonization in Latin America and Brazil: deconstruct and destroy to save

Conversión y colonización de América Latina y Brasil: desconstruyen y destruir para salvar

Guilherme Burjack

RESUMO

Este artigo trata da evangelização e doutrinação ocorrido no período da colonização da América Latina, com destaque ao Brasil e os motivos pelos quais não se levou em conta o nativo como indivíduo autônomo. Analisa os aspectos da teologia que reforçava a ideia da construção religiosa imposta pela Igreja Apostólica Católica Romana provocando a marginalização do nativo, assim sendo, partia-se da concepção de que o nativo era apenas um pagão carente de salvação e de doutrinação, não levando em conta que esse modelo de evangelização provocava a sua anulação como indivíduo e como agente de si mesmo no processo de escolha ou não de uma religião.

Palavras chaves: América Latina; Brasil; povos indígenas; evangelização; colonização; conversão.

ABSTRACT

This article deals with evangelism and indoctrination occurred during the colonization of Latin America and especially in Brazil and the reasons why not to take into account the individual as autonomous native. We analyze aspects of theology that reinforced the idea of building and hence the marginalization of the native, treating it as Pagan needy of salvation and indoctrination costing its annulment as an individual and as agent for itself in the selection process or not a religion.

Keywords: Conversion; Latin America; Brazil; native Latin Americans; evangelization; colonization; conversion.

RESUMEN

Este artículo trata de la evangelización y adoctrinamiento ocurrido durante la colonización de América Latina, especialmente en Brasil y las razones por las cuales no se tienen en cuenta los nativos como un ser individual. Examina los aspectos de la teología que reforzaban la idea de las construcciones religiosas impuestas por la Iglesia Católica Apostólica Romana provocando la marginación de los nativos, por lo tanto, su origen en la idea de que el nativo era un pagano en necesidad de salvación y el adoctrinamiento, sin tener en cuenta de que este modelo de evangelización causó su cancelación como individuo y como agente para sí mismo en la elección de una religión o no.

Palabras clave: América Latina, Brasil, indígenas, la evangelización, la colonización y la conversión.

Introdução

Determinar o lugar é mais do que simplesmente fincar estacas ou estabelecer os limites por quaisquer meios, são “as correlações semânticas entre um campo espacial e um sujeito interpretante” (QUADROS, 2008, p. 29). A construção do ideário da conversão passa por entender de onde se está para que/quem converteu. É preciso avaliar quais os conceitos e a imagem de quem interpreta e de quem é interpretado no processo de conversão.

O processo de cristianização na América Latina andou a reboque do processo de posse das novas terras “descobertas”. Mignolo (2003) afirma que “A ‘descoberta’ da América contribuiu para a formação do mundo colonial/moderno”. Ou seja, não só fomos interpretados como também ajudamos a reinterpretar os nossos colonizadores a partir das “novidades” deste *neomundo*.

É nesse cenário que se estabelece a construção de uma identidade, não nativa, mas miscigenada e plural, pois, a arte de inventar nomes é a invocação dos traços da identidade de um grupo (QUADROS, 2008 p. 28) é assim que foi criada a América, recebendo um nome dado por Martin Waldseemüller. Cosmógrafo alemão em honra a Amerigo Vespucci. Mas foi com os miscigenados nas Américas e seus intelectuais que se permitiram por autodefinição serem chamados de americanos. A cosmologia, a cultura, as memórias e as relações sociais nativas agora estavam descoladas da própria terra e da sua história, pois, o outro agora incorporara neles “palavras de fora” (MIGNOLO, 2003).

Afinal de contas quem somos nós? Existe uma cultura latino-americana? Retamar (1988) responde com outra pergunta: “Vocês existem?”. Nós não somos o retrato fidedigno de uma nação autóctone, a língua que nos comunicamos é a língua do colonizador. Até as nossas queixas são grafadas na língua de quem nos agoniza. Todo este emblemático desenvolvimento religioso e cultural em solo brasileiro prosperou ao ponto desta nação ser conhecida como a maior nação católica do mundo.

A nossa história de conversão perpassa pela análise da mente dos primeiros missionários em terras latinas principalmente no Brasil. Como eles se viam e a forma como eles enxergavam os nativos da nova terra esclarece um pouco as razões pelas quais tanta violência e desrespeito aos donos legítimos desta terra nos primeiros séculos de cristianização financiada pelo reino de Portugal por estas bandas.

Direito de posse – Autoridade Papal sobre toda a humanidade

Na cosmologia cristã medieval, todo e qualquer homem ou mulher que não aceitasse o imperador de Roma como seu senhor era considerado estrangeiro e de tabela pagão. A exceção seriam os povos que possuíam algum tratado de parceria ou submissão ao Império Romano.

Alguém pode ser infiel por jamais ter ouvido algo sobre a verdade cristã, como acontece com os pagãos. Mas também poderia alguém repudiar a fé aceita, como sucede com os judeus que se tornaram infiéis à promessa, ou com os hereges que chegaram a renegar a realização da promessa em Jesus Cristo (HÖFFNER, 1977, p. 47).

A associação entre o império e o papado correspondia a um anseio da união entre o Estado e a Igreja onde um legitimava o outro. “A propagação do Reino de Cristo era imposta aos imperadores e reis, como dever sagrado, através um solene ritual litúrgico” (HÖFFNER, 1977, p. 21). Daí então a necessidade de construir uma distinção entre o infiel, o herege e o inimigo, mesmo que este último seja em tese os dois primeiros. As atitudes decorrentes destas conclusões interferem na maneira como os “descobridores” encaram os legítimos habitantes das terras recém-encontradas.

Foi através de Tomás de Vio Caetano que se passou a distinguir e estabelecer normas de comportamento para com os pagãos. O entendimento era que as categorias herege, judeus e pagãos sofreriam da parte da Igreja e do Estado sanções proporcionais ao entendimento que Caetano estabelecera como critérios. No caso dos pagãos a compreensão era de que eles nunca fizeram parte dos domínios do Império Romano, logo não ofenderam o imperador e nem a Igreja. Sendo assim, nem o Estado e nem tão pouco a Igreja poderiam fazer algo contra estes. Isso não significa o pleno reconhecimento de um Estado pagão livre (HÖFFNER, 1977).

O Papa, o vigário de Cristo, possui toda autoridade sobre a humanidade, ela está debaixo de seu sacerdócio e caso um pagão não reconheça esta autoridade, passa a ser lícito o enfrentamento pelas armas e o confisco de bens até que os mesmos sejam totalmente dominados e subjugados.

De acordo com Höffner, Egídio Romano produziu a declaração mais contundente e radical a respeito do tratamento ao Estado pagão. Para ele toda a terra estava sujeita à Igreja, e esta era a portadora das chaves do Reino a intermediadora entre Cristo e a vida humana. Portanto, sendo os pagãos infiéis a Deus são declaradamente inimigos Dele, tendo eles posses, a teriam de maneira imprópria, pois, a Terra e a sua plenitude pertenciam aos filhos de Deus sob os cuidados da santa Igreja Romana, daí então a sentença: “os pagãos não dispõe nem mesmo de um direito particular de propriedade. Pagão algum é, justamente, proprietário de sua casa, de seu campo ou de sua vinha ou de outra coisa qualquer” (HÖFFNER, 1977, p. 60).

Como o colonizador se via e via o mundo

Quem de fato ou o que de fato era ou se constituía os nativos das Américas? Ao partirem da Europa rumo ao novo mundo, não passava pela cabeça dos desbravadores a possibilidade de haver para além do

Oceano Atlântico, nações numerosas e estabelecidas com seus traços particulares em seu próprio mundo.

No século 16 já era possível verificar o debate acerca da origem da raça indígena, Höffner narra que José de Acosta, missionário jesuíta lotado no Peru elaborou uma hipótese que aproxima muito do que se aceita recentemente como as Américas foram povoadas, ele conjecturava que a ocupação teria sido feita por terra (HÖFFNER, 1977, p. 106).

A população nativa em 1492 era de cerca 22 milhões de pessoas, distribuídas em cerca de um milhão na América do Norte, 6 milhões no México e 15 milhões na América do Sul. O quadro de desenvolvimento econômico, social e cultural era bem diverso. Era possível encontrar sociedades desenvolvidas como os maias, no México, até tribos ainda viviam como coletores primitivos na Califórnia. Las Casas, segundo Höffner, estabeleceu uma classificação dos nativos onde “todas elas cabiam em alguma das quatro espécies de bárbaros: primeiro os sub homens, animaiscos; segundo, os que desconhecem a escrita; em terceiro, os capazes de se governarem e em quarto, o grupo de todos homens cristãos” (1977, p. 109).

Sem língua e sem cultura

O processo de colonização e catequização da América roubou a presença do aborígene, a identidade e a língua. Estipulou padrões razoáveis para que o nativo fosse considerado humano e aos que não alcançaram este padrão restou-lhes serem dizimados.

Desconsiderou-se a possibilidade de que os nativos tivessem entre si a heterogeneidade da língua e da cultura. Para o colonizador - “índio era índio” - são todos iguais. A língua dos nativos que se constitui como item importante na constituição de sua identidade foi desprezada e sofreu por parte dos colonizadores uma desconstrução a fim de homogeneizar e subjugar-los.

Havia no Brasil, segundo Quadros, “a língua Geral falada pelos índios da costa do Brasil”, não sendo produto das aldeias, mas preparada e organizada a partir delas para o trabalho missionário. Apesar de que, no entanto, não fosse também uma forma de segregação, pois “os povos indígenas que a desconheciam, denominados genericamente de ‘tapuias’, aprendiam-na logo ao serem descidos para os aldeamentos” (2001, p. 212).

Manuel da Nóbrega, padre jesuíta, por não compreender a dinâmica linguística dos povos indígenas, em suas primeiras cartas a respeito dos povos que ele conhece em terras brasileiras, ele descreve os nativos como “tão brutos que nem vocábulos têm” (NÓBREGA *apud* QUADROS, 2001 p. 213).

A busca por anular as diversas línguas nativas tinha por finalidade normatizar a evangelização, pois não se podia confiar se de fato o ín-

dio havia se convertido ao cristianismo, e se convertido estava de fato vivendo-o (QUADROS, 2001, p. 214).

Em Las Casas vemos a construção de um diálogo entre “mundos” diferentes. Apesar de que o “mundo” se reduzia a vila representada por sua forma europeia de ver-se e ver o outro. A pregação não queria desassociar da religião a moda do colono. Não é diferente o que pensava o frade franciscano Las Casas, ele vê o índio enquadrado na mesma pastoral da Igreja Católica, igual a que deixou na Espanha (HOORNAERT, 1994, p. 391). Para ele não dava para associar a missão e a colonização. Uma não seria braço da outra apesar das suas prédicas serem católicas e canônicas, paroquiais e totalitárias. Apesar de que na velhice, ele tentou transformar o sacrifício dos astecas em um bom sinal de religiosidade.

Las Casas relativizou tudo em favor de uma etnia, ao invés de tratá-la como uma distinta. Sua visão apesar de ampla no sentido ao nativo, não era ampla o suficiente, pois para com o negro sua atitude não foi igual. Outra contradição é a sua necessidade de assegurar a autonomia dos povos indígenas e a hegemonia da instituição cristã concreta, ou seja, ambos são distintos, mas a religião de um é maior do que a do outro (HOORNAERT, 1994 p. 394). O caminho natural é achar que não possuímos uma cultura própria afinal

Pôr em dúvida nossa cultura é duvidar da nossa própria existência, da nossa própria realidade humana, e, portanto, manifestar a disposição de tomar partido a favor de nossa irremediável condição colonial, uma vez que se suspeita que não passamos de um eco desfigurado daquilo que acontece em outro lugar (RETAMAR, 1988, p. 13).

A classificação de mestiços, imposta para declarar a qualidade de quem não é da metrópole e nem é da terra imposta pelos intelectuais metropolitanos não consegue ser sustentada, pois a priori todo homem é mestiço, inclusive o europeu e com certeza o espanhol, este por possuir um pé na África. Os latino-americanos são constantemente associados a uma cópia mal feita da burguesia europeia o que não se confirma se por acaso dentro de um saguão de aeroporto estiverem um alemão e um guatemalteco e colocá-los para dançarem suas danças típicas. Veremos que não há cópia de ninguém, veremos distinção entre um e outro.

Desconstruídos, fragmentados e dispersos, mas com suas almas salvas

Com base em uma ideologia de uma salvação universalista e de uma prática missionária de doutrinação dos povos, os missionários que aportaram em terras brasileiras estabeleceram princípios norteadores para o trabalho de conversão dos índios pagãos. Entre estes princípios

o aniquilamento da língua dos povos, por meio da universalização do uso do português. A imposição de uma língua padrão entre os colonos servia para “civilizar”, retirar-lhes quaisquer traços de barbárie. Entre os missionários tornou-se consenso o que Anchieta afirmou ser necessário para a rotina das paróquias, afinal, como tomar uma confissão a partir de um intérprete? (QUADROS, 2001, p. 214).

A evangelização esconde o espírito guerreiro com que os colonizadores chegaram e, portanto participa e legitima o mesmo projeto. A terminologia evangelização, afirma Hoornaert, “passou a ser justificativa da opressão e escravização de indígenas e africanos” (1979, p. 26). O efeito mais devastador desta visão foi o total descaso com a cultura, pois a imagem “vendida” a respeito do Brasil fora de uma terra linda, um verdadeiro paraíso na Terra, gerou uma falsa expectativa que não foi consumada quando os colonizadores tomaram ciência dos fatos. A igreja que evangelizou o Brasil foi uma igreja que entrou armada e em pé de guerra contra ele (HOORNAERT, 1979, p. 27).

O espírito empreendedor dos missionários pode ser compreendido pela capacidade e amor que estes tinham pela sua missão. Era este talvez, o motivo pelo qual não levou em conta a existência do “outro” a partir do “outro”. O amor pelo seu serviço era maior do que pelo ser. Viu-se isso em quase todos os missionários, de Nóbrega a Las Casas.

O processo de conversão tornou-se, na verdade, um processo de desconstrução. Converter-se ao cristianismo era, a priori, descaracterizar-se totalmente do seu ser. A língua, os costumes e a geografia tudo foi desconsiderado. O padrão era o do colonizador. Não foi possível aos primeiros missionários observarem a transformação que a religião cristã traria a vida dos nativos a partir da sua própria cultura. Para estes, a mudança só era verdadeira se os índios se tornassem cópias fiéis do modelo estabelecido em terras europeias.

Perdeu-se a possibilidade de ver o que o texto bíblico no livro do Apocalipse relata ser a visão de São João na ilha de Patmos a respeito da multiplicidade étnica e cultural daqueles que foram salvos: “Depois disso olhei, e diante de mim estava uma grande multidão que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, de pé, diante do trono e do Cordeiro, com vestes brancas e segurando palmas” (Ap 7.9).

Referências

Bíblia Sagrada NVI. São Paulo: Vida, 2005.

RETAMAR, R. F. *Caliban e outros ensaios*. Tradução Maria Elena Matte Hiriart e Emir Sader. São Paulo: Busca Vida, 1988, p. 13-73.

HÖFFNER, J. *Colonização e evangelho*. Ética da colonização espanhola no século de ouro. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

HOORNAERT, E. *História da igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *História do cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 391-421.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 185-238.

_____. *Novas reflexões sobre a ideia da América Latina: a direita, a esquerda e a opção descolonial*. Caderno CRH, Salvador, vol. 21, n. 53, p. 239-252, maio/agosto 2008.

MIRA, J. M. L. *A evangelização do negro no período colonial brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1983.

OTTEN, A. *Só Deus é grande*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 248-297.

QUADROS, E. "A letra e a linha". In: *Revista Mosaico*, vol. 1, n. 1. 2008 Disponível em: < <http://www.pucgoias.edu.com.br/revistas/mosaico> >. Acesso em: 18 fev. 2012.

_____. "Os Hereges Holandeses". In: *História das religiões no Brasil*. BRANDÃO, S. (Org.). Recife: UFPE (2001).

_____. "A luta pela língua". In: *História & debates*, n. 35, p. 211-225 (2001)

Submetido em: 13-5-2013

Aceito em: 28-10-2013